

Comissão de credores chega segunda ao País

A subcomissão econômica vai levantar dados sobre a proposta brasileira

JOCIMAR NASTARI

BRASÍLIA — A subcomissão econômica do comitê dos bancos credores chegará segunda-feira ao País, chefiada por Lawrence Brainerd, do Bankers Trust, com o objetivo oficial de levantar dados sobre a proposta de renegociação da dívida apresentada na semana passada, em Nova York. Na realidade, porém, a vinda da missão terá outra finalidade, segundo um dos técnicos que integraram o grupo brasileiro de negociação: manter a aparência de que as discussões entre o Brasil e os bancos estão se-

guindo um cronograma normal, sem o risco do surgimento de um impasse.

A vinda do grupo técnico dos bancos internacionais foi acertada no dia 12, último da reunião de três dias, em Nova York, em que o Brasil apresentou a proposta de refinanciamento da dívida de US\$ 51 bilhões do setor público. Os técnicos brasileiros convenceram seus interlocutores de que a chegada da missão ao Brasil criaria o tempo necessário para que o comitê dos bancos, composto de 22 representantes, explicasse a proposta brasileira para as mais de 600 instituições credoras do País.

Os chefes da missão brasileira, o embaixador Jório Dauster e o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, perceberam que o comitê deveria demorar mais

que o normal para repassar a proposta aos outros bancos, dado o seu caráter inovador e inesperado. E isso poderia provocar um vácuo nas discussões e um clima desfavorável, comentou um técnico governamental.

Mais importante do que o trabalho da subcomissão econômica dos bancos credores será a resposta oficial do comitê à proposta de Brasília. A partir de um retorno positivo êque as negociações serão iniciadas de fato. Se os bancos rejeitarem logo de partida o plano brasileiro de renegociação, as discussões cessarão. Mas o técnico que esteve em Nova York não acredita nesta última hipótese. Crê que os credores vão querer negociar, mesmo que para isso precisem apresentar uma contraproposta totalmente oposta à brasileira.

□ Í N T E G R A □

É a seguinte a íntegra do comunicado que os representantes dos bancos credores entregaram ao negociador da dívida externa brasileira, Jório Dauster:

PRINCÍPIOS PARA NEGOCIAÇÕES

O Comitê Assessor de Bancos considera positiva a decisão do Brasil de realizar um encontro formal para discutir a dívida externa do País.

O comitê reconhece a importância das reformas econômicas conduzidas pela nova administração democrática. No entanto, o comitê, no papel de assessor para o Brasil e de representante da Comunidade Financeira Internacional, acredita que a proposta inicial do Brasil não representa uma base para negociação porque não obedece aos princípios mencionados abaixo:

Objetivo final

Qualquer negociação futura deverá ter como meta básica a restauração da credibilidade do Brasil e o seu retorno ao mercado financeiro internacional. Apenas por meio do acesso ao mercado de capital vo-

luntário o Brasil poderá alcançar os seus objetivos de investimento e de crescimento.

Normalização

Ação imediata para regularizar o pagamento dos juros a vencer e uma solução aceitável para os juros vencidos são pré-requisitos para discussões consistentes entre o Brasil e o comitê.

Qualquer proposta que simplesmente capitalize juros vencidos do estoque da dívida é inaceitável.

O comitê acredita que as negociações devem transcorrer de maneira coerente com a expectativa do G-7 de que o Brasil vai resolver "seus problemas de atraso com os credores externos no contexto da ações de um acordo formal com o FMI".

Realidade Econômica e de Mercado

O Brasil precisa reconhecer que é viável no mercado. Embora o comitê admita a necessidade de entender a situação econômica do Brasil, a comunidade bancária não pode aceitar nenhum plano finan-

ceiro, baseado ou não na "capacidade de pagamento" do País, uma vez que o financiamento do programa econômico brasileiro, em suas várias formas, não é dividido por igual entre todos os grupos credores do Brasil.

Dentro da estrutura dos princípios acima, uma reestruturação da dívida externa brasileira voluntária e viável do ponto de vista do mercado inclui um conjunto de opções que inclui, entre outras medidas, dinheiro novo e redução do serviço da dívida com a garantia apropriada. Esse pacote inclui o valor da dívida do Brasil com os bancos comerciais.

Finalmente, qualquer negociação precisa incluir medidas satisfatórias sobre questões pendentes do Acordo de 1988, incluindo o pagamento das despesas, wavers e emendas necessárias ao programa de privatização.

O comitê aguarda o início em breve das discussões com a Delegação Brasileira, com base nesses princípios.